



Relatório de Gestão de Riscos

Circular 3.678

Setembro de 2019

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Gestão de Negócios.....	2
Cessão de Crédito	3
Securitização de ativos	3
Estratégias de Negócio e Hedge.....	4
Participações Societárias	4
3. Gerenciamento de Riscos.....	6
4. Risco de Crédito	7
Exposição ao Risco de Crédito	7
Risco de Crédito Potencial.....	10
Monitoramento das exposições ao risco de crédito.....	10
Garantias	11
Atraso, Provisionamento e Perdas de Crédito	12
Recuperação e Cobrança	13
5. Risco de Mercado.....	14
Políticas e Governança.....	14
Mapeamento do Risco de Mercado.....	14
Marcação a Mercado	14
Classificação das Operações	15
Risco de Mercado da carteira <i>Trading</i>	15
Risco de Mercado da Carteira <i>Banking</i>	16
Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado	17
Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos.....	17
Exposições ao Risco de Mercado da carteira <i>Trading</i>	17
Exposições ao Risco de Mercado de Derivativos	18
6. Risco de Liquidez	20
Fluxo de Caixa.....	20
Teste de Estresse	20
Caixa Mínimo	21
Plano de Contingência de Liquidez.....	21
7. Risco Operacional e Outros Riscos	22
Conselho de Administração	23
Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos.....	23
Comitê de Risco Operacional e Controles Internos	23
Comitê de Auditoria.....	23
Área de Risco Operacional	23
Área de Auditoria Interna.....	24
Área de Compliance	24
Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.....	24

Todos os Integrantes da Instituição.....	24
Risco Socioambiental	24
8. Gerenciamento de Capital.....	26
Análise Quantitativa.....	27
9. ANEXO I.....	29
10. ANEXO II	32

1. Introdução

O Conglomerado Financeiro Original (“Original”, “Conglomerado” ou “Instituição”), composto pelo Banco Original S.A. (antigo Banco Matone S.A.) e o Banco Original do Agronegócio S.A. (antigo Banco JBS S.A.), é consequência da aquisição do antigo Banco Matone S.A., conforme aprovado pelo Banco Central do Brasil no dia 31 de agosto de 2011.

Desde então o Original tem diversificado sua estratégia de atuação como banco múltiplo, direcionando esforços no financiamento de empresas do segmento corporate, de integrantes da cadeia produtiva do agronegócio e, posteriormente, no atendimento às pessoas físicas (Banco de Varejo), através do lançamento do primeiro banco 100% digital do país. Compondo sua estratégia, em 2016 demos início as atividades do Banco Original S.A. *Grand Cayman Islands Branch*, cuja licença permite operações ativas de comércio exterior e outros empréstimos em moeda estrangeira, além de captações. No primeiro semestre de 2019, dentro de sua estratégia de crescimento, o Original lançou um novo segmento para pequenos empreendedores, mas especificamente o microempresário individual (MEI).

Objetivando tornar pública as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Original, em linha com as recomendações do Pilar III do Comitê de Basileia e da Circular 3.678/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN), este relatório apresenta os aspectos qualitativos e quantitativos utilizados no gerenciamento de riscos e de capital praticados, bem como a estrutura de governança e os processos de monitoramento, sempre de forma consolidada.

Este documento e as demonstrações financeiras da Instituição estão publicadas no endereço eletrônico <https://www.original.com.br/>.

2. Gestão de Negócios

O Original oferece a seus clientes um portfólio de produtos e serviços que visam o financiamento à cadeia produtiva do agronegócio, à produção industrial, à aquisição de direitos creditórios, empréstimos para capital de giro e derivativos, voltados à proteção de ativos financeiros para grandes e médias empresas e o atendimento às pessoas físicas e pequenos empreendedores (MEI) em todo o território nacional.

O Conglomerado condiciona a aquisição de ativos financeiros às mesmas políticas, governança e rigor de análise de risco aplicados à originação de sua carteira própria, pautando sua decisão na qualidade creditícia dos devedores e a idoneidade dos cedentes. Estas aquisições têm por objetivo usufruir de boas oportunidades de rentabilização do capital, aumentar a diversificação da carteira de crédito e atender a demanda de clientes. Por sua vez, a venda e transferência de ativos financeiros geralmente têm por objetivo atender a demanda de clientes e/ou gerir o risco do portfólio do conglomerado.

Adicionalmente às equipes comerciais, contamos com profissionais de Tesouraria divididos em uma Mesa de Operações Proprietária e uma Mesa Clientes, esta última para oferecer operações de derivativos e de câmbio de forma competitiva a nossos clientes.

Cessão de Crédito

Os principais objetivos que norteiam a estratégia da direção da Instituição de realizar cessões de crédito são:

- (1) Redução da exposição em determinado cliente ou ramo de atividade, visando à desconcentração e/ou abertura de margem para realização de novas operações de crédito;
- (2) Venda de carteira de crédito vencida (carteira *distressed*);
- (3) Venda das operações pertinentes a um determinado mercado que deixem de fazer parte do direcionamento estratégico da Instituição;
- (4) Sindicalização de operações de crédito ou aquisição de carteiras feitas em conjunto com outras instituições financeiras, e
- (5) Gestão da liquidez.

No terceiro trimestre deste ano não ocorreram cessões com transferência de riscos e benefícios, conforme demonstram o quadro abaixo:

Fluxo cessões com transferência dos riscos e benefícios					
R\$ (mil)	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Fluxo Cessão s/ coobrigação	0	0	0	0	0
 Holding Grupo Controlador	0	0	0	0	0
 Holding Não Financeira	0	0	0	0	0

O volume da carteira de direitos creditórios varia de acordo com as condições de prazo e rentabilidade das operações, nível de liquidez do banco e política de crédito. Seguem abaixo os volumes de direitos creditórios, com coobrigação e sem coobrigação, adquiridos pelo conglomerado:

Saldo exposições adquiridas					
R\$ (mil)	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Exposições sem coobrigação	2.027.017	2.068.735	2.026.891	2.228.741	1.846.903
Entidades não financeiras	2.027.017	2.068.735	2.026.891	2.228.741	1.846.903
Exposições com coobrigação	425.299	235.584	111.707	136.898	124.408
Entidades não financeiras	125.138	120.951	111.707	136.898	124.408
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios -FIDC	300.161	114.633	0	0	0

Adicionalmente, o Original não possui exposições cedidas sem transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios, nem tão pouco exposições cedidas nos últimos 12 meses que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo.

Securitização de ativos

Os principais objetivos da securitização de créditos são similares aos da cessão de crédito. Atualmente, a carteira de ativos provenientes de processo de securitização restringe-se a cotas de classe subordinada de um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

No terceiro trimestre de 2019, foram adquiridas cotas subordinadas de um FIDC, com os direitos creditórios oriundos do pagamento devido pelo PicPay aos Cedentes decorrentes de transações de pagamento realizadas usuários finais. Destaca-se que o banco também detém cotas subordinadas de um CRI, composto por financiamentos imobiliários, estando esta carteira em Runoff. O quadro abaixo demonstra os saldos referentes à securitização:

Valor total das exposições securitizadas					
R\$ (mil)	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Certificado Recebíveis Imobiliários - CRI Classe: Cota Subordinada	2.773	2.697	2.713	2.711	3.848
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios -FIDC Classe: Cota Subordinada	300.161	114.633	0	0	0

Estratégias de Negócio e Hedge

As operações intrínsecas às atividades operacionais podem gerar exposições a riscos de mercado em áreas que não tem mandato para correr estes riscos. Estes riscos são transferidos para a Tesouraria, que detém o mandato de gestão de risco de mercado, dentro de limites operacionais. A Tesouraria também realiza a gestão das posições da carteira *trading* (intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado), utilizando-se de instrumentos derivativos no mercado.

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são os Futuros, Termos, Swaps e Opções, e que podem ser negociados em bolsa ou no mercado de balcão. Os indexadores mais relevantes são: taxas de juros prefixadas, moedas, índices de inflação, índice de bolsa e preço de *commodities*. O Conglomerado não possui em seu portfólio produtos de derivativos de crédito (Resolução 2.933/02 do CMN).

A Diretoria de Riscos auxilia na gestão do *hedge* no sentido de fornecer as informações relevantes às decisões da Tesouraria, bem como atuar de forma independente no monitoramento e controles dos limites de risco de mercado do Conglomerado.

Participações Societárias

As participações permanentes em outras empresas são contabilizadas pelo valor patrimonial (método de equivalência patrimonial – MEP). Os resultados são registrados em contas de receita/despesa de participações em coligadas e controladas. A contabilidade das participações é elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

Atualmente, todas as participações societárias do Conglomerado são detidas por razões estratégicas, visando ganhos de sinergia e de complementaridade aos negócios do Conglomerado. Segue abaixo a composição destas participações em 29 de março de 2019:

Participações Societárias			
Empresa Participante	Empresa Participada	Ramo / Atividade	Tipo Capital
Banco Original Agronegócio	Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimentos	Capital fechado
Banco Original	Original App Ltda.	Aplicativos/Teleatendimento/Prestação serviços	Capital fechado
Banco Original	Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira / Fundos	Capital fechado
Banco Original	Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	Corretora de Seguros	Capital fechado
Banco Original	Agência Cayman	Agência no exterior	Capital fechado

Seguem abaixo os valores contábeis e o requerimento de capital (RWACPAD) das participações societárias.

Valor contábil e requerimento de capital das Participações Societárias					
R\$ (mil)	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	3º T / 2018	3º T / 2018
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	100	100	100	100	100
Original App Ltda.	2.331	2.260	2.612	2.591	2.572
Original Asset Management Ltda.	3.200	3.164	3.125	3.091	3.046
Original Corporate Corretora Seguros Ltda	293	-3.101	-74	208	1.428
Agência Cayman	51.330	44.160	44.428	43.780	44.842
Requerimento Capital das Part. Societárias	622	254	605	629	750

Por fim, abaixo demonstramos os ganhos e perdas referentes a participações societárias:

Ganhos / Perdas das Participações Societárias					
R\$ (mil)	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Decorente de venda ou liquidação da participação	0	0	0	177.563	0
Não realizados, mas reconhecidos	(1.852)	(2.725)	136	23	8
Não realizados e não reconhecidos	0	0	0	0	0

Em Dezembro de 2018, o Banco Original vendeu o controle da Original Corporate Corretora Seguros Ltda para o seu acionista minoritário, a holding J&F Investimentos S.A..

3. Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Em fevereiro de 2019 foi constituído o Conselho de Administração do Banco Original que, conforme regulação vigente, é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a alocação de capital do Conglomerado. Por sua vez, o Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável por assessorar o CA nas discussões de gestão de capital, principalmente quando relacionado ao Apetite a Risco da instituição. As revisões das diretrizes de gerenciamento de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo da Instituição.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Os normativos internos que qualificam e regem o ambiente interno de gerenciamento de riscos são devidamente divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico para posterior consulta.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados, durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gerenciamento de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

4. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do Conglomerado, gerada por mudanças não previstas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular, inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

Exposição ao Risco de Crédito

A tabela abaixo, demonstra a exposição ao risco de crédito segmentado por tipo de carteira, apresentando totais e médias para o 3º trimestre de 2019.

Exposições no trimestre										
R\$ mil	3ºT /2019	2ºT /2019	1ºT /2019	4ºT /2018	3ºT /2018	3T Média	2T/2019 Média	1T/2019 Média	4T/2018 Média	3T/2018 Média
Pessoa Física	3.693.839	3.088.067	2.768.863	2.531.819	2.591.969	3.431.685	2.983.016	2.603.435	2.497.940	2.507.816
Avais e Fianças	71	69	68	55	7.716	64	69	71	5.147	7.715
Cartão de crédito	301.890	259.184	215.182	200.000	185.404	290.158	248.588	206.903	201.353	184.944
Consignado	5	12	19	28	42	8	29	22	32	52
Crédito Rural	272.919	262.769	290.245	232.176	233.143	267.177	210.176	284.264	229.449	216.290
Imobiliário	1.459	1.654	1.643	1.801	2.053	1.526	1.797	1.884	1.915	2.127
Importação e Exportação	1.531.418	1.238.896	1.194.451	1.080.938	1.047.608	1.439.418	1.262.264	1.105.884	1.058.053	1.005.257
Limites não utilizados	1.146.027	988.103	841.087	832.560	953.630	1.094.521	944.306	789.051	813.358	920.352
Recebíveis	72.828	70.652	56.285	56.467	48.830	79.328	74.625	61.243	62.734	54.816
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	367.222	266.726	169.884	127.795	113.543	259.486	241.162	154.114	125.899	116.262
Pessoa Jurídica	4.973.687	4.751.557	4.336.077	4.411.837	3.957.600	4.318.061	4.262.430	4.410.707	4.276.351	3.951.925
Avais e Fianças	464.831	453.301	485.842	404.772	410.691	462.775	467.582	479.957	464.640	403.413
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	1.032.645	1.051.786	1.027.041	1.048.493	952.014	1.047.454	1.055.724	1.027.867	1.026.950	966.785
Crédito Rural	71.086	76.562	95.981	91.454	74.922	79.862	70.664	124.988	84.069	69.256
Importação e Exportação	483.877	492.203	445.266	378.641	382.888	507.544	474.192	411.630	385.597	388.874
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	65.935	54.899	38.199	44.590	83.480	59.099	51.171	38.339	62.589	80.462
Recebíveis	2.668.704	2.474.364	2.059.593	2.287.234	1.904.848	1.999.729	1.981.612	2.143.262	2.100.040	1.937.307
Demais Produtos	186.610	148.442	184.153	156.653	148.756	161.598	161.486	184.663	152.465	105.829
TOTAL	8.667.526	7.839.624	7.104.940	6.943.656	6.549.569	7.749.746	7.245.446	7.014.143	6.774.290	6.459.741

Os valores incluem avais, fianças, e limites não utilizados, e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos valores da parcela de risco de crédito da alocação de capital (RWACPAD), segmentados pelos fatores de ponderação de risco (FPR), conforme definido na Circular 3.644/13.

Valor parcela RWA _{CPAD} por fator (R\$ mil)					
Fator EPR	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
2%	1.224	951	801	683	606
20%	2.370	2.030	2.421	5.999	3.415
35%	39	46	46	52	61
50%	18.965	10.084	12.776	8.877	8.562
75%	103.319	85.007	85.592	63.017	57.072
85%	0	0	0	0	0
100%	768.515	672.176	617.697	659.228	602.302
125%	0	0	0	0	0
150%	0	0	0	0	0
250%	0	0	0	0	8.272
300%	0	0	0	0	0
-35%	0	0	0	0	0
-50%	0	0	0	0	0
-100%	0	0	0	0	0
-300%	0	0	0	0	0
CVA	614	338	431	396	422
RWACPAD	895.046	770.630	719.764	738.252	680.711

O quadro abaixo demonstra o percentual de participação, em relação a carteira de crédito, da exposição às maiores contrapartes do Conglomerado:

% Maiores exposições das operações de crédito					
R\$ (mil)	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2018	4º T / 2018	3º T / 2018
10 maiores clientes	15%	17%	17%	18%	16%
50 maiores clientes	40%	41%	44%	45%	43%
100 maiores clientes	53%	55%	59%	61%	59%

Segue abaixo a concentração da carteira de crédito por distribuição geográfica. Observa-se que as operações estão concentradas na região Sudeste:

(R\$ mil)	Exposições por regiões geográficas											
	Brasil										no Exterior	
	Sudeste		Centro-Oeste		Sul		Nordeste		Norte		Exterior	
	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019
Pessoa Física	2.254.150	1.774.003	986.908	910.111	82.371	79.034	325.445	294.620	44.965	30.299	0	0
Avais e Fianças	71	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cartão de crédito	261.713	218.899	10.231	10.298	12.589	12.686	14.559	14.545	2.799	2.756	-	-
Consignado	5	12	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural	143.067	113.820	117.163	131.177	1.284	2.693	11.405	15.079	-	-	-	-
Imobiliário	1.459	1.654	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Importação e Exportação	491.038	328.700	751.851	663.022	16.872	15.496	244.279	212.537	27.377	19.141	-	-
Limites não utilizados	1.018.774	857.012	49.260	54.052	34.875	33.143	37.499	38.535	5.618	5.362	-	-
Receíveis	39.205	43.823	25.979	24.693	1.380	1.439	1	0	6.263	698	-	-
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	298.818	210.013	32.423	26.869	15.372	13.577	17.702	13.924	2.908	2.343	-	-
Pessoa Jurídica	3.920.235	3.874.580	235.535	244.185	165.773	205.306	16.323	20.987	18.516	25.893	617.306	380.606
Avais e Fianças	450.142	437.654	-	1.230	9.189	9.007	5.500	5.410	-	-	-	-
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	866.010	862.537	115.264	128.457	38.160	47.918	5.319	7.305	7.891	5.569	-	-
Crédito Rural	32.594	42.162	38.492	34.399	-	-	-	-	-	-	-	-
Importação e Exportação	313.201	284.762	58.580	60.034	101.748	127.495	-	-	10.348	19.913	-	-
Investimento	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Limites não utilizados	50.684	41.595	12.000	10.000	3.000	3.002	-	8.272	251	302	-	-
Receíveis	2.020.994	2.057.428	11.200	10.064	13.675	17.885	5.504	0	26	109	617.306	380.606
Demais Produtos	186.610	148.442	-	0	-	0	-	0	-	0	-	-
TOTAL	6.174.385	5.648.583	1.222.443	1.154.295	248.144	284.339	341.767	315.607	63.481	56.192	617.306	380.606

Os valores incluem avais, fianças, e limites não utilizados, e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Abaixo a concentração da carteira de crédito por setor econômico. Observa-se que o maior volume de operações encontra-se no setor de Serviços:

(R\$ mil)	Exposições por setores econômicos									
	Agronegócio		Financeiro		Indústria		Serviços		Outros	
	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019
Pessoa Física	1.806.289	1.532.403	-	-	12	12	67.951	77.324	1.819.586	1.478.328
Avais e Fianças	-	-	-	-	-	-	-	-	71	69
Cartão de crédito	9	2	-	-	-	-	-	-	301.881	259.181
Consignado	-	-	-	-	-	-	-	-	5	12
Crédito Rural	272.919	262.769	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	1.459	1.654
Importação e Exportação	1.416.430	1.148.084	-	-	-	-	57.960	67.980	57.027	22.832
Limites não utilizados	59.348	60.085	-	-	12	12	1.162	2.293	1.085.504	925.714
Receíveis	38.128	49.565	-	-	-	-	4.169	2.914	30.531	18.173
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	19.456	11.897	-	-	-	-	4.660	4.137	343.107	250.692
Pessoa Jurídica	482.567	593.209	9.969	9.900	1.191.954	1.109.948	3.169.182	2.929.979	120.014	108.520
Avais e Fianças	-	5.410	9.969	9.900	393.640	380.679	61.222	57.312	-	-
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	99.892	95.327	-	-	297.559	339.404	564.209	549.569	70.985	67.486
Crédito Rural	71.086	76.562	-	-	-	-	-	-	-	-
Importação e Exportação	283.109	266.940	-	-	117.463	153.987	61.452	41.335	21.854	29.940
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	14.303	13.303	-	-	13.306	10.887	30.455	28.671	7.871	2.038
Receíveis	14.178	29.862	-	-	197.762	190.611	2.451.094	2.252.285	5.671	1.606
Demais Produtos	-	105.805	-	-	172.225	34.380	751	807	13.633	7.451
TOTAL	2.288.857	2.125.612	9.969	9.900	1.191.966	1.109.960	3.237.134	3.007.303	1.939.600	1.586.848

Os valores incluem avais, fianças, e limites não utilizados, e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A tabela a seguir demonstra a exposição do crédito por prazos, segmentado por tipo de exposição ao risco de crédito.

(RS mil)	Exposições por Prazos							
	até 6 meses		acima de 6 meses até 1 ano		acima de 1 ano até 5 anos		acima de 5 anos	
	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019
Pessoa Física	1.593.067	1.412.005	154.816	103.641	1.933.586	1.559.535	12.370	12.885
Avais e Fianças	-	-	35	33	36	36	-	-
Cartão de crédito	248.930	212.220	51.906	46.129	1.054	834	-	-
Consignado	1	3	3	4	1	5	-	-
Crédito Rural	6.197	15.309	41.865	12.581	224.857	234.880	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	370	396	1.089	1.258
Importação e Exportação	35.456	42.832	15.787	13.507	1.480.175	1.182.557	-	-
Limites não utilizados	1.136.027	988.102	10.000	2	-	-	-	-
Recebíveis	72.828	70.652	-	-	-	-	-	-
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	93.628	82.888	35.221	31.385	227.093	140.826	11.281	11.627
Pessoa Jurídica	3.361.295	3.274.463	481.747	374.428	1.092.575	1.046.154	38.071	56.512
Avais e Fianças	202.977	283.496	249.628	140.556	12.226	29.249	-	-
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	188.088	215.203	79.150	101.350	746.509	715.230	18.898	20.003
Crédito Rural	-	25.266	36.289	-	15.625	24.981	19.173	26.315
Importação e Exportação	266.451	242.000	62.064	93.614	155.362	146.394	-	10.194
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	65.935	54.899	-	-	-	-	-	-
Recebíveis	2.634.780	2.443.778	33.925	30.586	-	-	-	-
Demais Produtos	3.065	9.821	20.691	8.322	162.853	130.299	-	-
TOTAL	4.954.362	4.686.468	636.563	478.069	3.026.161	2.605.689	50.440	69.398

Os valores incluem avais, fianças, e limites não utilizados, e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Risco de Crédito Potencial

O Risco de Crédito Potencial (RCP) trata dos casos onde o cliente é a contraparte do banco em operações cujo potencial de perda de crédito está associado às flutuações dos preços de mercado, a exemplo dos derivativos, dos contratos com exposição cambial e das compromissadas.

O Original utiliza modelos de análise histórica de volatilidades dos retornos dos ativos subjacentes, associando-os a uma expectativa econômica previamente aprovada em comitê. Assim, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança aprovados pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado, Liquidez e Capital (CGRC), estima-se o risco de crédito potencial de cada contrato. Para fins de apuração do risco total de crédito de uma determinada contraparte, soma-se ao seu Risco de Crédito Potencial (RCP) à respectiva posição de seus demais contratos de crédito.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor nominal dos contratos sujeitos ao RCP, segregando os tipos de ativos e a existência de garantias.

Valor Nominal - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte					
R\$ (mil)	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Contratos com câmara central atuando como contraparte	6.795.084	4.518.770	4.244.161	3.818.002	3.226.615
<i>Derivativos</i>	6.795.084	4.518.770	4.244.161	3.818.002	3.226.615
Contratos sem câmara atuando como contraparte central	2.612.850	2.029.646	2.095.739	1.573.525	2.078.658
<i>Com Garantia - Derivativos</i>	0	0	0	0	0
<i>Sem garantia - Derivativos</i>	2.342.664	1.312.400	1.291.357	1.171.928	1.557.866
<i>Com Garantia - Compromissadas</i>	270.186	717.247	804.383	401.597	520.792
Total	9.407.933	6.548.417	6.339.900	5.391.527	5.305.272

O quadro abaixo traz informações sobre os valores a receber das operações sujeitas ao Risco de Crédito da Contraparte:

Risco de Crédito da Contraparte					
R\$ (mil)	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Valores a Receber	322.612	738.567	830.981	431.386	583.645
<i>Derivativos</i>	49.733	20.768	26.210	25.491	62.522
<i>Compromissadas</i>	272.878	717.799	804.771	405.895	521.123
(-) Acordo de compensação	0	0	0	0	0
(-) Colaterais recebidos	270.186	717.247	804.383	401.597	520.792
<i>Compromissadas</i>	270.186	717.247	804.383	401.597	520.792
Exposição Global Líquida	52.426	21.320	26.598	29.789	62.853

Monitoramento das exposições ao risco de crédito

O Original controla a exposição ao risco de crédito, não só no âmbito global de sua carteira, na forma de concentrações, mas também individualmente, avaliando as contrapartes e suas operações de crédito. A atuação nestas duas frentes de forma coordenada, garante a adequação do risco de crédito ao apetite definido pelo Conselho de Administração (CA).

É responsabilidade da Diretoria de Riscos o monitoramento mensal da evolução dos índices de concentração do portfólio pelos maiores devedores, por classificação de crédito das contrapartes, por quantidade de dias de atraso e por maturidade das operações. Além disso, é avaliada

mensalmente a adequação das provisões frente a exposição de risco. As áreas e os Comitês envolvidos recebem estes relatórios mensais para o devido acompanhamento.

Garantias

O Original utiliza garantias reais e pessoais como mitigadores de risco de crédito em suas operações, derivativos e operações compromissadas, sendo as garantias solicitadas de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido.

O processo de análise de crédito verifica quantitativamente e qualitativamente a necessidade e as garantias propostas, deliberando sobre sua aprovação ou não.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Conglomerado Financeiro Original:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito;
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos;
- Caução de Recebíveis

Como política do Conglomerado, normalmente são solicitadas garantias superiores ao valor da operação de crédito, protegendo-se de uma possível desvalorização e custos processuais. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando um cenário de venda forçada.

Realizam-se periodicamente visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem. O valor das garantias é reestimado periodicamente em função dos fatores acima observados e das variações do mercado.

A tabela abaixo traz o valor das garantias recebidas que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

- a) sejam mantidas ou custodiadas na própria instituição;
- b) tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- c) estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária; e
- d) estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

Valor das Garantias Recebidas - R\$ (mil)					
Garantia	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Títulos públicos federais	5.188	667.403	786.252	2.114	496.386
Recursos financeiros (Reais)	264.998	50.007	30.004	399.600	25.606

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito (Circular 3.644/13), a Instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco.

Segue abaixo, a tabela com as exposições mitigadas para fins de alocação de capital na parcela de risco de crédito (RWA_{CPAD}) segundo a Circular 3.644/13.

Valor mitigado por instrumento - R\$ (mil)							
Operação	FPR	Mitigador	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Compra com revenda	20%	Títulos públicos federais	5.188	667.239	774.378	1.997	495.186
Venda com recompra	20%	Recursos financeiros (Reais)	264.998	50.007	30.004	399.600	25.606

Ademais da apuração do capital regulatório, o Original utiliza as garantias recebidas como um mitigador de risco na estimação da provisão de crédito de liquidação duvidosa (PCLD). Caso o valor apurado e sua liquidez sejam representativos frente à exposição de risco da contraparte, o Original tem a prerrogativa, dentro da sua governança, de revisar a classificação de risco das operações de crédito, desde que as mesmas estejam em dia, sempre em linha com a Resolução 2.682/99 e demais normas aplicáveis.

Atraso, Provisionamento e Perdas de Crédito

As tabelas abaixo trazem o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregadas em faixas de vencimento, por regiões geográficas do Brasil e também por setor econômico.

Montante das operações em atraso por Região e Setor										
(R\$ mil)	atraso entre 15 e 60 dias		atraso entre 61 e 90 dias		atraso entre 91 e 180 dias		atraso entre 181 e 360 dias		atraso acima de 360 dias	
Região	3ºT/2019	2ºT/2019	3ºT/2019	2ºT/2019	3ºT/2019	2ºT/2019	3ºT/2019	2ºT/2019	3ºT/2019	2ºT/2019
Centro-Oeste	1.866	10.606	979	13.671	15.491	1.580	2.501	2.640	-	-
Nordeste	2.746	5.357	1.381	1.363	4.248	2.466	4.268	4.425	8	-
Norte	552	552	357	347	958	498	707	651	-	-
Sudeste	41.535	45.188	17.338	37.426	76.964	25.543	42.997	45.076	100	3.247
Sul	10.477	41.294	3.860	1.361	4.191	2.078	3.578	3.735	-	-
Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	57.175	102.997	23.915	54.169	101.853	32.165	54.050	56.527	108	3.247
Setor	3ºT/2019	2ºT/2019	3ºT/2019	2ºT/2019	3ºT/2019	2ºT/2019	3ºT/2019	2ºT/2019	3ºT/2019	2ºT/2019
Agronegócio	-	51.248	32	22.101	22.111	-	262	262	-	3.172
Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria	7.841	9.279	-	12.013	20.975	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	3.591	4.537	3.785	2.503	3.892	2.475	4.815	10.376	-	-
Pessoa Física	45.742	37.932	20.098	17.551	54.876	29.690	48.973	45.889	108	75
Total	57.175	102.997	23.915	54.169	101.853	32.165	54.050	56.527	108	3.247

O quadro abaixo demonstra o montante de provisões para perdas relativas às exposições de crédito, segmentado por setor econômico, discriminando os valores adicionados e os subtraídos neste trimestre.

(R\$ mil)	Montante provisões para perdas relativas às exposições					
	3º T / 2019			2º T / 2019		
Setor	Entrada Provisão	Saída Provisão	Saldo Provisão	Entrada Provisão	Saída Provisão	Saldo Provisão
Agronegócio	33.519	5.404	61.430	13.029	22.213	33.314
Financeiro	-	69	31	0	-	100
Indústria	21.823	10.915	53.775	16.408	21.852	42.868
Serviços	22.618	21.958	43.686	25.515	17.600	43.026
Pessoa Física	65.814	36.405	125.777	43.670	36.253	96.368
Outros	2.317	644	3.092	510	816	1.418
Total	146.092	75.395	287.791	99.131	98.735	217.094

A tabela seguinte demonstra o fluxo de operações baixadas para prejuízo por trimestre, segmentado por setor econômico.

Operações baixadas para prejuízo (R\$ mil)					
Setor	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2018	4º T / 2018	3º T / 2018
Agronegócio	-	-	10.020	3	38
Financeiro	-	-	-	-	-
Indústria	24.079	2.717	953	-	-
Outros	51	127	-	-	-
Serviços	4.968	2.267	6.212	2.058	1.890
Pessoa Física	21.902	22.986	22.964	18.352	25.429
Total	51.001	28.097	40.149	20.412	27.357

Recuperação e Cobrança

O processo de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas à inadimplência, parcial ou total, dos contratos de empréstimos inadimplentes. As ações da recuperação de crédito seguem regras formalizadas em normativos internos para cada tipo de modalidade de crédito e garantia associada.

As ações de cobrança compreendem: o contato com o cliente visando uma negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negativação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), reestruturação dos contratos, chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida ou tomada das garantias.

5. Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata dos resultados potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. O gerenciamento de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atende ainda os requisitos da Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional.

A seguir serão abordadas as estruturas, políticas e metodologias utilizadas pelo Conglomerado no controle do risco de mercado, bem como informações da carteira ao longo dos últimos trimestres.

Políticas e Governança

A Política de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração (CA), consolida as definições, diretrizes e responsabilidades de fóruns e áreas envolvidas para que sejam estabelecidas as práticas de gerenciamento do risco de mercado. A análise de exposição das carteiras da Instituição (*Trading e Banking*) é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas na Política de Risco de Mercado.

O detalhamento das principais atribuições e processos relacionados ao monitoramento e controle do risco de mercado são descritas a seguir.

Mapeamento do Risco de Mercado

O processo de mapeamento de risco de mercado consiste na:

- (1) Identificação dos fatores de risco de mercado para cada produto e seus mitigantes;
- (2) Definição da metodologia de alocação de valores nos fatores de risco; e
- (3) Tratamento específico destinado às opções.

Marcação a Mercado

O processo de marcação a mercado consiste em precificar os instrumentos financeiros pelo seu valor justo, isto é, pelo valor que hipoteticamente seria transacionado no mercado em determinado momento. Este processo é função das taxas e preços observados nos mercados, dos cálculos segundo composição de insumos coletados no mercado ou modelos de aproximação.

Para os instrumentos pertinentes ao processo, existem duas situações possíveis:

- **Marcação a Mercado:** Quando há informação do preço observado e disponível no mercado;
- **Marcação a Modelo:** Não é possível a utilização do seu preço de maneira direta, sendo assumido modelos e/ou aproximações dos seus fatores de risco e respectivo cálculo.

A Diretoria de Riscos é responsável pela proposta e revisão dos modelos de marcação a mercado da Instituição. A área de Finanças, por sua vez, garante a aderência dos modelos às regras do IFRS. O modelo de marcação a mercado inclui dois aspectos:

- Definição da coleção de insumos (preços, curvas e superfícies de volatilidade) necessários;
- Metodologia de cálculo a ser aplicada.

A aprovação dos modelos de marcação a mercado é de alçada do Comitê de Gestão de Risco de Mercado, Liquidez e Capital (CGRC).

Classificação das Operações

Em linha com a Circular 3.354/2007 e a Resolução 4.557/17, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras, o Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*). As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira de negociação da Instituição.

Risco de Mercado da carteira *Trading*

Gerencia-se o risco de mercado da carteira de negociação (*trading*) através de procedimentos de identificação e mensuração do risco de mercado, monitoramento permanente do risco, reporte dos resultados, testes de estresse e controle de limites.

Seguindo a estrutura de governança do processo de monitoramento e controle do risco de mercado, o apetite a risco é definido pelo Conselho de Administração (CA). Sendo que, o CEGIR e o CGRC tem alçadas para a criação de sublimites. A Diretoria de Riscos tem o mandato de controlar os limites e, em caso de um evento de desenquadramento deve comunicar tempestivamente, a Tesouraria e o comitê responsável pela supervisão do limite.

Ainda, para os ativos da carteira de negociação apura-se a alocação de capital, segundo os modelos padronizados regulamentados pelo Banco Central do Brasil, referente aos riscos de mercado de juros, cupom de moedas, cupom de índices de preços, cupom de outras taxas, *commodities*, câmbio e de ações.

a) Valor em Risco (VaR)

O monitoramento do risco de mercado da Tesouraria é realizado, entre outros, através do *VaR*, conforme aprovado. Utiliza-se como metodologia o modelo de *VaR* paramétrico, com 99,9% de intervalo de confiança, volatilidade EWMA com 126 amostras e *lambda* de 0,94. O *holding period* (*hp*) é função dos dias necessários para liquidação da posição, levando-se em conta o tamanho da posição detida pelo banco e a liquidez de mercado do fator de risco.

A manutenção e proposta de novas metodologias de controle desta métrica é responsabilidade da Diretoria de Riscos. As alterações devem ser aprovadas pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado, Liquidez e Capital.

Respeitando a estrutura de negócios definida na política interna de risco de mercado, as mesas pertencentes à carteira *trading* estão sujeitas aos limites de exposição de *VaR*. Estes limites são definidos de acordo com o apetite a risco da Instituição, sendo o fórum de deliberação o Conselho de Administração (CA).

A Diretoria de Risco monitora e controla, para cada estrutura, o consumo de *VaR* vis a vis seu limite. Diariamente, reporta os resultados e controle através de relatórios enviados para a área de Tesouraria. Se extrapolado um limite, o fato é reportado tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

b) Teste de Estresse

Os cenários de estresse são representações de condições atípicas de mercado que podem eventualmente resultar em perdas econômicas não contempladas pelo *VaR*.

Para a gestão de risco de mercado da Tesouraria são utilizados os cenários de estresses dos fatores de risco de mercado divulgados pela Bolsa B3, sendo que o Comitê de Gestão de Riscos e de Capital acompanha tais cenários bem como o seu impacto financeiro no portfólio da Tesouraria.

Uma vez que o teste de estresse atingir o limite máximo estabelecido, a área de risco de mercado informa o fato tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

c) Stop Loss

A medida de *Stop Loss* consiste na máxima perda financeira aceitável de uma determinada carteira em uma janela de tempo.

A Mesa de Tesouraria Proprietária tem definido um limite para perdas em uma janela determinada de tempo. Diariamente a área de risco de mercado afere o resultado acumulado de cada portfólio dentro desta janela de tempo. O P&L acumulado, se negativo, é comparado com o limite de *Stop Loss*. Se constatado que o resultado negativo atingiu o limite, o fato será informado tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

Risco de Mercado da Carteira *Banking*

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira bancária (*banking*) é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. O Conglomerado utiliza para a apuração da sensibilidade do portfólio às mudanças na estrutura a termo de taxa de juros uma metodologia pautada nas recomendações de Basileia.

O risco da taxa de juros é a exposição de uma instituição financeira a movimentos adversos na estrutura a termo das taxas de juros. Mudanças na estrutura a termo de taxa de juros afetam a receita da instituição, e modifica o valor dos ativos, passivos e instrumentos *off-balance* (*hedge* com derivativos) devido à mudança de seu valor de mercado. Desta forma, um processo efetivo de gerenciamento de risco de taxas de juros que o mantenha em níveis prudentes e dentro do apetite do Conglomerado em incorrer nesses riscos é essencial para sua segurança e solidez.

As etapas para esta quantificação são:

- Apuração da exposição por prazo e fator de risco do portfólio;
- Cálculo das curvas associadas aos fatores de risco com choques paralelos e rotacionais de alta e baixa seguindo diretrizes do *BIS*¹;
- Cálculo da variação das posições usando as curvas nos cenários descritos acima;
- Somatória das perdas entre os cenários obtidos por fator de risco.

A área de risco de mercado realiza o cálculo do risco de taxa de juros (RBAN) reportando o resultado através de relatórios para a Tesouraria. Havendo extrapolação dos limites estabelecidos, o fato é, tempestivamente, reportado ao CEGIR.

Abaixo são demonstrados os impactos de choques nas taxas de juros nas operações da carteira bancária. Primeiramente a estimativa de variação do valor de mercado, com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas curvas de juros.

¹ <http://www.bis.org/bcbs/publ/d368.pdf>

Ganhos /Perdas - Percentil Histórico					
R\$ (mil)	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Taxa de Juros Prefixadas					
1º Percentil	(7.155)	(11.371)	(24.494)	(20.137)	(10.268)
99º Percentil	6.089	5.435	15.473	12.046	8.617
Cupom de Dólar					
1º Percentil	(9.102)	(4.099)	(9.235)	(9.629)	(10.098)
99º Percentil	8.121	3.901	7.418	7.492	8.009

Deslocamento em pontos percentuais da Curva Juros para perdas em % do PR					
Pontos-base	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Taxa de Juros Prefixadas					
5% do PR	17	-	56	27	19
10% do PR	34	-	-	55	39
20% do PR	68	-	-	-	77
Cupom de Dólar					
5% do PR	14	30	12	12	11
10% do PR	29	60	24	23	21
20% do PR	58	-	49	46	43

Os campos não preenchidos correspondem a períodos em que o perfil da carteira, casada em prazo e volume, torna a análise do efeito de choques paralelos na estrutura a termo de taxa de juros frente à base de capital da Instituição pouco relevante.

Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado

A aferição dos modelos de risco de mercado é aplicada nos processos de mensuração, monitoramento e controles, visando identificar e sanar possíveis problemas e desvios destes processos em relação aos seus objetivos. Neste processo, inclui-se o *backtesting*, que tem o objetivo verificar a precisão dos modelos adotados através da comparação das perdas previstas com as observadas.

Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos

A implantação de qualquer novo produto, ou estratégia, pelas áreas de negócio da Instituição passa pela avaliação prévia da Diretoria de Riscos, dentro do processo de avaliação e aprovação de produtos. A análise prévia do produto busca identificar os riscos inerentes do instrumento financeiro, bem como avaliar a adequação dos processos de controle de risco. O resultado dos trabalhos é apresentado ao Comitê de Avaliação de Risco de Produtos (CARP) para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Exposições ao Risco de Mercado da carteira *Trading*

A tabela abaixo demonstra a evolução das exposições da carteira de negociação disposta pelos fatores de riscos: câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações (em R\$ milhões).

Carteira de Negociação - Câmbio					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	1.275	686	828	671	987
Vendido	1.275	738	852	666	993
Líquido	1	(52)	(24)	5	(6)

Carteira de Negociação - Commodities					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	5	3	0	0	0
Vendido	5	3	0	0	0
Líquido	(0)	(0)	0	0	0

Carteira de Negociação - Taxas de Juros					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	3.380	1.247	1.384	2.052	1.387
Vendido	1.945	1.813	1.317	1.946	1.633
Líquido	1.435	(566)	67	106	(246)

Carteira de Negociação - Ações					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	690	726	551	401	324
Vendido	210	0	0	0	0
Líquido	480	726	551	401	324

Exposições ao Risco de Mercado de Derivativos

A Instituição utiliza instrumentos derivativos para auxiliar a execução das estratégias. As duas próximas tabelas demonstram as exposições em derivativos no Brasil no final do deste trimestre, segmentadas pelos fatores de risco câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações.

Primeiramente, listam-se as exposições com contraparte central, em valor nominal (em R\$ milhões):

Derivativos com Contraparte Central - Câmbio					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	263	0	0	1	324
Vendido	3.476	2.621	2.301	1.850	1.739
Líquido	(3.213)	(2.621)	(2.301)	(1.849)	(1.415)

Derivativos com Contraparte Central - Commodities					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	5	3	0	0	0
Vendido	0	0	0	0	0
Líquido	4	3	0	0	0

Derivativos com Contraparte Central - Taxas de Juros					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	4.266	2.304	2.340	2.074	1.589
Vendido	1.279	1.270	876	1.676	994
Líquido	2.987	1.034	1.464	398	595

Derivativos com Contraparte Central - Ações					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	0	20	0	0	0
Vendido	0	0	0	0	0
Líquido	0	20	0	0	0

E a seguir, as exposições com derivativos sem contraparte central (em R\$ milhões):

Derivativos sem Contraparte Central - Câmbio					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	1.012	672	811	653	664
Vendido	692	313	245	345	768
Líquido	319	359	567	309	(104)

Derivativos sem Contraparte Central - Commodities					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	0	0	0	0	0
Vendido	5	3	0	0	0
Líquido	(5)	(3)	0	0	0

Derivativos sem Contraparte Central - Taxas de Juros					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	764	228	177	286	622
Vendido	1.382	949	945	772	816
Líquido	(618)	(721)	(768)	(486)	(194)

Derivativos sem Contraparte Central - Ações					
	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
Comprado	0	0	0	0	0
Vendido	210	0	0	0	0
Líquido	(210)	0	0	0	0

6. Risco de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Conselho de Administração (CA). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são detalhados nos itens a seguir:

Fluxo de Caixa

A apuração do fluxo de caixa é realizada a partir da consolidação de informações recebidas de diversas áreas do Conglomerado. Utiliza-se neste fluxo um horizonte temporal de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

Para os fluxos, são considerados os diferentes tipos de moedas, prazos e valores contratados das operações. Visando uma melhor aderência com o fluxo real, incorpora-se ao fluxo de caixa contratual a ocorrência de eventos que impactem na liquidez da Instituição como: a inadimplência e a renovações de operações.

São identificados possíveis descasamentos ou concentrações no fluxo que possam comprometer a capacidade financeira da Instituição. Estes descasamentos são monitorados pela Diretoria de Riscos, que acionará os responsáveis pela gestão da carteira para a tomada de providências, conforme cada mandato.

Teste de Estresse

A análise do risco de liquidez é complementada com testes de estresse, que estimam os efeitos de eventos severos ou situações extremas das condições econômico-financeiras na liquidez da Instituição.

Os cenários adversos de liquidez consideram, entre outros fatores, a redução de recursos captados, a dificuldade de acesso a novos recursos e a restrição da liquidação financeira dos ativos pelas contrapartes. Por sua vez, os cenários de choques nos fatores de riscos levam em conta: a alteração nos valores das variáveis macroeconômicas, dos preços dos ativos e das taxas de juros, assim como, à desvalorização dos ativos líquidos, segundo a perspectiva do país e de projeções por modelos probabilísticos.

A Diretoria de Riscos realiza o monitoramento da liquidez nestes cenários e reporta seus resultados à Tesouraria e aos membros do CGRC.

Caixa Mínimo

O Caixa Mínimo consiste na manutenção de um colchão de liquidez para o Conglomerado garantir a solvência por determinado período de tempo em um cenário de estresse de liquidez.

São considerados, entre outros, o resgate antecipado de captações, saques nos depósitos à vista, a rolagem dos vencimentos dos empréstimos, aumento na utilização dos limites de crédito rotativo e despesas administrativas.

A manutenção do nível de Caixa, composto exclusivamente por ativos de alta liquidez, superior ao Caixa Mínimo é monitorada, controlada e reportada pela Diretoria de Riscos. Se identificado um nível de Caixa inferior ao Caixa Mínimo, o fato é tempestivamente informado aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez consiste na definição de um processo para fazer frente às insuficiências no fluxo financeiro em situações de crise de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intraday.

7. Risco Operacional e Outros Riscos

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução 4.557/17, inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos.

Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

Os principais instrumentos utilizados na Gestão de Risco Operacional são:

- Mapeamento dos processos;
- Matriz de riscos e de controles;
- Testes de controles;
- Sistema de registro de ocorrências de eventos de Risco Operacional; e
- Base de dados de perdas operacionais.

A eficiência do processo de gestão do risco operacional é um fator determinante para um adequado sistema de análise de riscos e definição de controles, uma vez que permite atuação tempestiva da Instituição com decisões equilibradas, evitando desperdícios de recursos ou perdas associadas ao risco operacional.

Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), o Conglomerado Original utiliza a abordagem do Indicador Básico, conforme Circular 3.640/13, publicada pelo Banco Central do Brasil, e atualizações.

As áreas envolvidas na estrutura, assim como suas principais responsabilidades são:

Conselho de Administração

- Aprovar as políticas de Risco Operacional, Socioambiental, Compliance e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, incluindo as diretrizes do apetite a risco operacional.
- Aprovar o Plano de Auditoria da Instituição.

Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos

- Propor as diretrizes do apetite a risco operacional.

Comitê de Risco Operacional e Controles Internos

- Acompanhar a suficiência dos controles implantados, frente aos riscos aos quais o Conglomerado está exposto;
- Discutir e decidir questões técnicas, processuais e operacionais; e
- Coordenar a implantação dos procedimentos necessários ao gerenciamento do risco operacional.

Comitê de Auditoria

- Avaliar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado; e
- Recomendar à Diretoria da Instituição, correções ou aprimoramentos de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de suas atribuições.
- Acompanhamento das melhorias recomendadas pela Auditoria Interna.
- Aprovar o Plano de Auditoria da Instituição.

Área de Risco Operacional

- Implantar, disseminar e revisar as políticas, procedimentos, processos e ferramentas relacionados ao controle do Risco Operacional;
- Manter o Conselho de Administração, Diretoria da Instituição e demais responsáveis plenamente atualizados sobre o progresso da gestão de riscos através de relatórios e comitês;
- Convocar os envolvidos para as reuniões do Comitê de Risco Operacional e Controles Internos, e redigir suas atas;
- Identificar, revisar e avaliar os riscos operacionais inerentes ao contexto do ambiente de controle existente e documentar as ações mitigadoras requeridas ou a aceitação do risco observado;
- Gerir o plano de continuidade dos negócios, definindo os procedimentos para assegurar as condições de continuidade das atividades, limitando potenciais graves perdas, decorrentes da inexistência de condições mínimas de manutenção da operação;
- Gerar e armazenar uma base informacional que contenha as perdas associadas ao risco operacional e sua conciliação com os registros contábeis;
- Divulgar na homepage institucional e nas demonstrações contábeis a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional;
- Elaborar e divulgar o relatório de gerenciamento de Risco Operacional; e
- Avaliar e acompanhar as soluções para as falhas operacionais.

Área de Auditoria Interna

- Avaliar periodicamente os testes realizados pela Área de Controles Internos, bem como a correta implementação dos respectivos planos de correção necessários; e
- Emitir relatórios sobre a eficiência dos controles realizados.

Área de Compliance

- Promover a conformidade do Conglomerado com o ambiente legal, regulatório, bem como com seus próprios regulamentos internos;

Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro

- Responsável pelo programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD);
- Elaborar os pareceres do programa “Conheça seu cliente” (KYC), avaliação detalhada dos potenciais relacionamentos e revisão dos clientes da Instituição;
- Realizar o monitoramento das operações financeiras; e
- Comunicar ao COAF as movimentações financeiras atípicas praticadas por clientes.

Todos os Integrantes da Instituição

- Cumprir as normas e as políticas do Conglomerado, resultando na melhoria contínua do sistema de gestão de riscos;
- Gerir e efetuar a avaliação constante de seus processos e dos respectivos controles executados; e
- Envidar esforços concretos no sentido de documentar e sanar as deficiências observadas relativas a riscos operacionais.

Risco Socioambiental

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o Banco Original possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos.

A PRSA do Banco Original é um instrumento de gestão integrada que abrange:

- ❖ Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais;
- ❖ Avaliação e gestão de risco socioambiental;
- ❖ Atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência;
- ❖ Verificação da aderência à PRSA;
- ❖ Divulgação e a revisão da PRSA; e
- ❖ Capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA.

Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o Banco possui uma estrutura de Governança Corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui:

- ❖ Conselho de Administração – órgão máximo da governança do banco, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação;
- ❖ Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos – Propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental;
- ❖ Comitê de Risco Operacional e Controles Internos (CROCI) – órgão nomeado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA;
- ❖ Comitê de Ética – órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do Código de Ética, Códigos de Conduta Setoriais, Políticas, Circulares Normativas internas, e regulamentação aplicável;
- ❖ A área de Controles Internos, Riscos e Compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de Gerenciamentos de Riscos.

8. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital pode ser definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, e refletidos em suas metas.

A Diretoria de Riscos identifica, mensura, avalia e monitora a necessidade de capital via a vis aos riscos aos quais a Instituição estará exposta, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas internas responsáveis e aos comitês gestores, conforme alçadas pré-definidas.

Os processos relacionados ao gerenciamento de capital, consistem em:

- a) Evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre;
- b) Projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados;
- c) Levantamento das fontes de capital;
- d) Projeção do capital necessário para fazer frente à exposição ao risco;
- e) Apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas;
- f) Aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados obtidos; e
- g) Controles dos limites estabelecidos.

Com isso, o Conglomerado avalia a relação entre o capital exigido, incluindo aqueles riscos não abrangidos pelo capital regulatório, e o capital disponível, considerando: a carteira atual, o orçamento projetado e os impactos de cenários de estresse.

Os relatórios gerenciais possibilitam à Diretoria o acompanhamento da alocação de capital nas diversas linhas de negócios, gerando informações para a tomada de decisão e insumos para o planejamento estratégico da Instituição.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da Instituição é composto somente pelo Capital Principal, que, por sua vez, é constituído pelos seguintes instrumentos:

- Ações ordinárias no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros/prejuízos acumulados; e
- Ajustes Prudenciais.

A Organização não possui instrumentos elegíveis para compor o Capital Complementar, nem o Nível II do PR.

Em relação às restrições ou impedimentos relevantes, existentes ou possíveis, à transferência de recursos entre as instituições do Conglomerado, destaca-se a existência de obrigações contratuais do controlador que colocam o capital social do Banco Original S.A como garantia de uma operação financeira, impedindo assim sua transferência para o Banco Original do Agronegócio S.A.

Não obstante, as duas instituições apresentam individualmente um Patrimônio de Referência (PR) acima dos requerimentos mínimos de capital, apurado com base no montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). Ou seja, observa-se uma folga no índice de Basileia do conglomerado, segundo os moldes da regulamentação aplicada à esta Instituição.

Análise Quantitativa

Nas Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 foram definidas as principais métricas para alocação de capital da instituição seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional.

O **RWAcpad** (Circular 3.644/13) representa o risco de crédito ponderado pelo fator de risco associado a cada modalidade.

O **RWAopad** (Circular 3.640/13) quantifica a exposição ao Risco Operacional.

As parcelas de risco de mercado das operações registradas na carteira de negociação (*trading*) da instituição são segregadas por grupos de fatores de risco:

RWAjur: Grupo de parcelas que medem a exposição da carteira à taxa de juros pré-fixada em reais, cupom de moeda estrangeira e cupom de inflação. Esta classe de parcelas tem a seguinte segregação:

- **RWAjur1** (Circular 3.634/13): taxa de juros pré-fixadas em reais;
- **RWAjur2** (Circular 3.635/13): cupom de moedas estrangeiras;
- **RWAjur3** (Circular 3.636/13): cupom de inflação; e
- **RWAjur4** (Circular 3.637/13): cupom de juros.

RWAacs (Circular 3.638/13): Parcela que mede a exposição da carteira em ações ou derivativos indexados a índices de bolsas.

Por sua vez, nas parcelas **RWAcom** e **RWacam** são consideradas todas as operações que possuem risco de *commodities* e risco cambial, respectivamente:

- **RWAcom** (Circular 3.639/13): Parcela que mede a exposição da carteira a variação no preço das *commodities*.
- **RWacam** (Circular 3.641/13): Parcela que mede a exposição da carteira em moeda estrangeira.

O quadro a seguir demonstra a evolução da alocação de capital do Conglomerado Prudencial Original².

² O envio de informações sobre a alocação de capital do Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF) foi descontinuado pelo Banco Central, conforme redação dada pela Circular 3.686/13 que altera a Circular 3.398/08.

Alocação de Capital - Basileia					
(R\$ mil)	3º T / 2019	2º T / 2019	1º T / 2019	4º T / 2018	3º T / 2018
A) Patrimônio de Referência (PR)	1.497.005	1.361.778	1.193.248	1.185.805	1.150.045
PR Nível I	1.497.005	1.361.778	1.193.248	1.185.805	1.150.045
Capital Principal (CP)	1.497.005	1.361.778	1.193.248	1.185.805	1.150.045
Capital Social + Resultado + Reservas	2.246.068	2.232.157	2.225.599	2.220.351	2.157.075
Ajuste Venda Marca		(50.689)	(210.826)	(252.643)	(140.863)
Ajustes Prudenciais	(749.064)	(819.689)	(821.524)	(781.903)	(866.166)
Capital Complementar (CC)	-	-	-	-	-
Instrumentos Elegíveis ao CC	-	-	-	-	-
PR Nível II	-	-	-	-	-
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	-	-	-	-	-
Deduções Nível II	-	-	-	-	-
B) Ativos Ponderados por Risco (RWA x F)	878.056	793.833	732.012	751.018	700.283
Valor da Parcela RWA_{CAM}	104	3.074	3.780	955	4.466
Valor da Parcela RWA_{JUR1}	15.695	3.340	5.311	2.744	5.996
Valor da Parcela RWA_{JUR2}	5.950	5.285	10.634	5.991	7.077
Valor da Parcela RWA_{JUR3}					
Valor da Parcela RWA_{JUR4}					
Valor da Parcela RWA_{COM}	306	223			
Valor da Parcela RWA_{ACS}	76.893	116.450	85.615	64.142	52.908
Valor da Parcela RWA_{CPAD}	682.318	587.230	548.440	606.575	559.226
Valor da Parcela RWA_{OPAD}	96.790	78.233	78.233	70.611	70.611
Valor da Parcela R_{BAN}	10.325	14.087	17.622	23.456	23.183
C) Margem (PR - (RWA x F) - R_{BAN})	608.623	553.858	443.614	411.331	426.579
Índice de Capital Principal (ICP)	13,64%	13,72%	13,04%	13,62%	14,16%
Índice de Nível I (IN1)	13,64%	13,72%	13,04%	13,62%	14,16%
Índice de Basileia (IB)	13,64%	13,72%	13,04%	13,62%	14,16%

Em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA), a redução do capital alocado na parcela sujeitas à variação do preço de ações (RWA_{ACS}) deve-se a uma redução do portfólio de ações. Adicionalmente, o crescimento do capital alocado na parcela de risco de crédito (RWA_{CPAD}) deve-se, principalmente, ao crescimento da carteira. Em relação ao Patrimônio de Referência, o aumento da base de capital deve-se ao lucro do terceiro trimestre e da redução do ajuste prudencial realizado pelas vendas da Marca e da Original Corporate Corretora de Seguros.

Como resultado dos eventos acima, no trimestre atual o Índice da Basileia do Conglomerado Prudencial Original evoluiu de 13,72% para 13,64%.

Nas seções de anexos há a visão analítica do Índice de Basileia e da Razão de Alavancagem (RA), dada pela Circular 3.748/15, que mede a relação entre a base de capital e exposição ao risco de crédito. Em relação ao trimestre anterior, a RA evoluiu de 11,2% para 11,7%.

9. ANEXO I

Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR			Setembro / 19	
Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	2.239.124		
2	Reservas de lucros	(11.721)		
3	Outras receitas e outras reservas	18.666		
4	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>			
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal			
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	2.246.068		
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros			
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura			
9	Ativos intangíveis	638.409		
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	110.655		
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.			
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB			
13	Ganhos resultantes de operações de securitização			
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido			
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética			
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas			
19	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar			
20	Mortgage servicing rights			
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas			
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal			
23	do qual: oriundo de participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar			
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização			
26	Ajustes regulatórios nacionais			
26.a	Ativos permanentes diferidos			
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos			
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado			
26.d	Aumento de capital social não autorizado			
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal			
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital			
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente			
26.i	Destaque do PR			
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios			
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções			
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	749.064		
29	Capital Principal	1.497.005		

ANEXO I (Continuação)

Número da linha	Capital Complementar: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis		
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis		
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar		
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias		
Número da linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar		
39	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar		
40	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado		
41	Ajustes regulatórios nacionais		
41.a	Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012		
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar		
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios		
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções		
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar		
44	Capital Complementar		
45	Nível I	1.497.005	
Número da linha	Nível II: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II		
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II		
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB		
51	Nível II antes das deduções regulatórias		
Número da linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II		
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Complementar		
55	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado		
56	Ajustes regulatórios nacionais		
56.a	Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros emitidos até 31 de dezembro de 2012		
56.b	Participação de não controladores no Nível II		
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios		
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II		
58	Nível II		
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	1.497.005	
60	Total de ativos ponderados pelo risco	10.975.703	

ANEXO I (Continuação)

Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%	
61	Índice de Capital Principal (ICP)	13,64	
62	Índice de Nível I (IN1)	13,64	
63	Índice de Basileia (IB)	13,64	
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	4,50	
65	do qual: adicional para conservação de capital	-	
66	do qual: adicional contracíclico	-	
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)		
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	9,14	
Número da linha	Mínimos Nacionais	%	
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III		
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	5,50	
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	10,50	
Número da linha	Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar		
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar		
74	Mortgage servicing rights		
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal		
Número da linha	Limites à inclusão de provisões no Nível II	Valor (R\$ mil)	
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB		
Número da linha	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite		
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite		
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite		

10. ANEXO II

Composição da Razão de Alavancagem de Basileia III

<i>Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem</i>		<i>Em milhares</i>	
<i>Item</i>	<i>set-19</i>	<i>jun-19</i>	
1 Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	12.236.504	11.907.953	
2 Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil.	-	-	
3 Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	-	-	
4 Ajuste relativo aos valores de referências ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos.	73.648	44.460	
5 Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	2.751	0	
6 Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	637.164	594.511	
7 Outros ajustes	(146.608)	(421.243)	
8 Exposição Total	12.803.460	12.125.681	

ANEXO II (continuação)

<i>Modelo Comum de divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem</i>		<i>Em milhares</i>	
<i>Item</i>	<i>set-19</i>	<i>jun-19</i>	
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)			
1 Itens Patrimoniais	12.337.543	11.410.253	
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(844.081)	(885.663)	
3 Total das exposições contabilizadas no BP	11.493.462	10.524.590	
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos			
4 Valor de reposição em operações com derivativos.	299.856	244.874	
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	73.648	44.460	
6 Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	-	
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-	
8 Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual	-	-	
9 Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-	
10 Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-	
11 Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	373.504	289.334	
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)			
12 Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	296.578	717.247	
13 Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-	-	
14 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	2.751	-	
15 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-	-	
16 Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	299.330	717.247	
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)			
17 Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	1.610.468	1.430.086	
18 Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-973.304	-835.575	
19 Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	637.164	594.511	
Capital e Exposição Total			
20 Nível I	1.497.005	1.361.778	
21 Exposição Total	12.803.460	12.125.681	
Razão de Alavancagem (RA)			
22 Razão de Alavancagem de Basileia III.	11,7%	11,2%	